



# Anais da Assembléia

Nº 024

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 30 DE MARÇO DE 1992

ANO XVIII

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 020ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 1992  
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvêrio, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Oswaldo Trevisan, José Tavares, João Iensen, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (37). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Algaci Túlio, Dalton Machuca, Albino Corazza, Hermas Brandão, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Tadeu Lúcio Machado, José Alves, João Preis, José Arthur Ritti, Mário Bezerra, Nilton Barbosa, Nilton César, Ovídio Constantino, Rafael Greca de Macedo e Ernani Pudell (17).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede à leitura da ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. EURIDES MOURA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. EURIDES MOURA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, retiro o pedido de chamada nominal.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETARIO - Procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Ofícios:

Ofício nº 030/92  
Senhor Presidente.

Tendo em vista viagem necessária para atender compromissos no Interior do Estado, a que não me posso furtar, venho apresentar a Vossa Excelência justificativa para a minha ausência, nas sessões ordinárias dos dias 30 e 31 próximos.

Ao ensejo apresento-lhe meus protestos de consideração e apreço.

Sala das Sessões, em 30.03.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Ofício nº 393/92  
Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar que estarei ausente aos trabalhos parlamentares do dia 30 de março, tendo em vista compromissos assumidos na Região do Noroeste do Estado.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, reiterar a Vossa Excelência, junto aos mais sinceros agradecimentos, as minhas cordiais saudações.

Sala das Sessões, em 30.03.92.

(a) MÁRIO BEZERRA

Indicação:

## I N D I C A Ç Ã O

Senhor Presidente.

Atendendo solicitação de Vossa Excelência, relacionamos os nomes dos Deputados que compõem a bancada do PMDB, para fins de recálculo e indicação de membros para a composição das comissões técnicas permanentes.

ARLINDO TROIAN

CARLOS SIMÕES

CLEITON KIELSE

DOBRANDINO GUSTAVO DA SILVA

DOMINGOS CARVALHO

DURVAL AMARAL

EURIDES MOURA

JOSÉ TAVARES

ORLANDO PESSUTI  
OSWALDO TREVISAN  
RENATO ADUR  
SEVERINO FELIX  
TOTI COLAÇO

Sendo o que se apresenta, reitero a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 30.03.92.

(a) ORLANDO PESSUTI  
Líder do Governo e PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 310

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 30.03.92.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 317

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada, pelo prazo de 02 (duas) Sessões, do Projeto de Lei nº 002/92, constante da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 30.03.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 309

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a transcrição nos Anais desta Sessão de Voto de Congratulações à CONSESP - Conselho das Entidades Sociais e Particulares de Curitiba, pelo seu desempenho no exercício de 1991, conforme relatório anexo.

Sala das Sessões, em 30.03.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Desde a sua fundação, em 11 de março de 1988, a CONSESP - Conselho das Entidades Sociais Particulares de Curitiba - vem desempenhando com brilhantismo, apesar de todas as dificuldades conhecidas na luta pela obtenção de recursos e proventos, sua função social de dar assistência à população carente.

Um órgão sem fins lucrativos, apartidário, de duração indeterminada integrati-

va de todas as entidades sociais particulares da região.

Através de sua ação e trabalho frente às entidades assistenciais, a CONSESP, tem as seguintes finalidades:

a) Congregar entidades de proteção de serviços sociais, assistenciais e promocionais;

b) Propiciar a integração do trabalho social em planejamentos, programas, atividades e serviços de natureza social;

Estimular e promover o trabalho voluntariado junto às instituições na área do bem-estar social.

Portanto, a CONSESP, através dos seus membros de sua diretoria e de colaboradores, tem papel importante como agente do desenvolvimento social, principalmente na sua filosofia de resgatar a dignidade do ser humano, utilizando um milenar provérbio chinês: "Não dê o peixe, mas ensine a pescá-lo".

Nestes termos, vale registrar nos anais desta Casa, o importante papel exercitado por esta entidade de voluntariado em prol do desenvolvimento e da formação do exercício da cidadania.

REQUERIMENTO Nº 308

Senhor Presidente.

O Parlamentar que a presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção em ata dos trabalhos desta egrégia Casa, votos de aplausos ao Juiz paranaense Doutor Francisco de Paula Xavier Neto, pela sua posse na Presidência da Associação dos Magistrados Brasileiros.

Sala das Sessões, em 30.03.92.

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

O conceituado jurista e Juiz paranaense Doutor Francisco de Paula Xavier Neto, tem extensa uma folha de serviços prestados à Justiça e à comunidade paranaense.

O homenageado exerceu a judicatura nas cidades de Alto Paraná, Pato Branco, Maringá e Curitiba.

Em todas as cidades por onde passou, sempre teve profunda preocupação com o social. Além disso, fez inúmeras palestras, a respeito do direito e da sociedade, inserindo sempre uma preocupação com a melhoria do atendimento judiciário.

Em Curitiba, chegou ao Tribunal de Alçada, onde exerce a Judicatura desde 1984, sendo atualmente o vice-presidente desse tribunal.

O nome de Paula Xavier extrapolou os limites de nosso Estado. Assim, em 1983, participou da Comissão Nacional de Simplificação e Racionalização dos Serviços Judiciários, no Rio Grande do Sul.

Foi sócio fundador, em São Paulo, da Sociedade dos Estudos Jurídicos Brasil-

-Alemanha, bem como membro da comissão para apresentação de parecer sobre a proposta do STF junto à Assembleia Nacional Constituinte.

Foi, em 86/87, Coordenador da Associação dos Magistrados Brasileiros na Região Sul.

No biênio 88/89, foi Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, sendo reeleito para o biênio 90/91. Em suas duas gestões, lutou sempre pela valorização da magistratura, bem como pelo acesso do povo aos serviços judiciais.

Eleito Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, tomou posse no último dia 24 de março, no Plenário do Superior Tribunal de Justiça, em solenidade que contou com a presença das mais expressivas figuras do mundo jurídico nacional.

Dessa forma, o magistrado que se pretende homenagem tem dado uma colaboração firme e eficiente no sentido de tornar o Estado do Paraná reconhecido e respeitado nos mais altos escalões da vida jurídica do País.

#### REQUERIMENTO Nº 312

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente aos Ilmos. Senhores Francisco Gomide, Diretor Presidente da COPEL, e Stênio Jacob, Diretor Presidente da Sanepar, solicitando que as empresas estudem formas para amenizar as sanções administrativas quando de eventuais atrasos no pagamento das dívidas de Entidades do ramo de turismo do estado, bem como seja examinado o Decreto nº 448 de 14 de fevereiro de 1992, que equipara o ramo de atividade turística à indústria, no intuito de aplicarem os benefícios do dispositivo às empresas do setor.

Sala das Sessões, em 30.03.92.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### JUSTIFICATIVA:

É preocupante a situação por que passa a economia nacional, implantando a recessão e causando a falência de empresas e desemprego que atinge toda a sociedade.

O reflexo dessa crise tem atingido duramente todos os setores vinculados a atividade turística, que são os primeiros a sentirem os impactos do esvaziamento operacional e comercial das atividades econômicas.

Em Foz do Iguaçu, 65% de sua população está direta ou indiretamente ligada ao turismo, representando mais de 100.000 pessoas, e mesmo com as atividades turísticas caindo a índices insustentáveis, os empresários do setor têm mantido seus funcionários para evitar um caos social ainda

maior.

O setor não tem recebido incentivo fiscal na sua instalação ou desenvolvimento, recaindo seus custos exclusivamente sobre o empresariado, o qual diante do quadro desanimador que atinge o Brasil não tem as mínimas condições de reinvestir caminhando brevemente para o total sucateamento dos seus estabelecimentos.

Entendemos que para evitar o estrangulamento do setor e sua total paralização, faz-se necessário que os órgãos do governo que de alguma forma prestam serviços à atividade, devem auxiliar as empresas nesse difícil momento, como é o caso das empresas como a Copel e a Sanepar, que devem estudar formas para amenizar as sanções aplicadas às empresas quando de eventuais atrasos nos pagamentos das suas dívidas.

Recentemente foi editado o Decreto 448 de 14 de fevereiro de 1992, equiparando a atividade turística à indústria, o qual entendemos deve ser estudado o mais breve possível pelas Companhias prestadoras de serviços visando a aplicação dos seus benefícios às empresas do setor.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 074/92  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei 9.387, de 28 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito, o município de NOVO ITACOLOMI, com território desmembrado do município de Cambira, com sede na localidade do mesmo nome e com limites e confrontações do distrito administrativo."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.92.

(aa) ORLANDO PESSUTI  
COSTENARO NETO

#### JUSTIFICATIVA:

A proposição da presente matéria prende-se ao fato de solicitação procedida pelo IBGE, dando conta da existência de topônimo, conforme documento anexo.

PROJETO DE LEI Nº 075/92  
A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "CASA DO CAMINHO", com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.92.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade da qual se pretenda aqui seja declarada de Utilidade Pública é sociedade civil, de prestação de serviços gratuitos.

Tem como objetivos, dentre outros, os de criação, atendimento e desenvolvimento de órgãos de amparo à criança, ao adolescente, ao jovem e ao adulto socialmente desajustado. Tal objetivo leva a um trabalho constante e efetivo pelo progresso moral do homem, visando despertá-lo para o senso de responsabilidade e capacidade de amar a si próprio e ao seu próximo.

Assim sendo, consideramos nossa proposição justa, pelo que esperamos poder contar com o apoio dos Nobres Colegas Parlamentares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 076/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1º - Fica alterada a redação do artigo 1º da Lei nº 9.353, de 27 de agosto de 1991, que passa a ser a seguinte:

Art. 1º - Fica criado o Município de CANDOÍ, com território desmembrado do Município de Guarapuava, formado com área do Distrito de Candoí e do Distrito de Paz, com sede na localidade de Candoí, com as seguintes divisas:

"Começa no Rio Cavernoso, na foz do Rio Destacado subindo este rio até a sua cabeceira e daí em diante pela cerca de arame que divide as fazendas Capão Redondo e Limoeiro até a estrada para Goioxim. Deste ponto segue por esta estrada no sentido da Rodovia BR-277, sentido para Guarapuava até o Rio Pai João e por este rio abaixo com a Barra do Rio Jordão. Daí, desce por este rio até a sua foz no Rio Iguaçu, descendo o Rio Iguaçu até a foz do Rio Cavernoso, daí, segue-se pelo Rio Cavernoso acima até a Foz do Rio Destacado, que é o ponto inicial."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.92.

(a) NELSON JUSTUS

**JUSTIFICATIVA:**

A alteração de limites constantes em nossa medida se baseia nos seguintes fatos:

1) A área da atual confrontação não possui identidade suficiente com o novo Município, principalmente no que se refere a acesso rodoviário, posição geográfica, comunicações e inter-relacionamentos comerciais e organizacionais; estando esta área muito mais próxima funcionalmente a cidade de Guarapuava.

2) A vida política dos moradores desta

região é totalmente voltada a cidade de Guarapuava, uma vez que ali nem sequer existe secção eleitoral e portanto, os moradores reivindicam as alterações substanciadas em nosso Projeto de Lei.

Pelas razões acima expostas, esperamos contar com o apoio dos Nobres Colegas Parlamentares para aprovação de nossa proposição.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Não há oradores inscritos no Pequeno e Grande Expedientes.

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PFL (Declina).

PRN (Declina).

PMDB. Com a palavra o Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, uma preocupação deste Parlamentar, evidentemente, e acredito que de todos os paranaenses e brasileiros. E de outro lado, também uma satisfação. A preocupação pelo momento econômico que estamos vivendo da inflação, da recessão, e as notícias que chegaram a todos nós há poucos instantes pela televisão, da proposta de renúncia coletiva dos integrantes do Ministério do Presidente Fernando Collor de Mello, como também de todo o secretariado, de todos aqueles que ocupam as Secretarias a nível nacional.

É evidente que as notícias posteriores colocam já alguns ministros permanecendo no cargo e é evidente que esse assunto tomará conta do noticiário no dia de hoje, no dia de amanhã, certamente, e tomará também conta das preocupações que envolvem a todos nós, e até como satisfação de poder assistir a saída de pessoas que não estavam cumprindo com o papel para o qual foram designados.

Mas venho à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para rapidamente falar dos problemas vivenciados no final desta semana, no decorrer da semana passada, na nossa região Central do Paraná e acredito que em todo o Estado paranaense. Nós, que já vínhamos de uma luta em favor dos agricultores, desde o início do ano, com especial vigor a partir de fevereiro, quando se iniciou a colheita da safra do algodão, quando se iniciou a colheita da soja, quando até em algumas regiões iniciou-se a colheita do milho.

Nós, que trouxemos a esta Casa, e não só nós, mas um bom número de Parlamentares, a preocupação dos agricultores com referência à não colocação em prática dos dispositivos que estabeleceram a lei agrícola federal de forma a assegurar, no momento oportuno, a quantidade de recursos necessários à comercialização da safra,

estamos hoje muito mais apreensivos, porque se não tínhamos preços dignos aos produtos oferecidos pelos nossos produtores rurais, em função da falta do crédito de comercialização, em função do não cumprimento por parte do Governo Federal da política de preços mínimos, da política de garantia de preços aos produtos agropecuários, estamos nos últimos dias, em especial na última semana e no último final de semana, especificamente, com problemas sérios para a agricultura paranaense, em decorrência das fortes chuvas que ocorreram em todo o Estado do Paraná e em especial na Região Central do nosso querido Vale do Ivaí.

Os produtores de algodão, que já amargavam prejuízos em função da baixa produtividade, ocorrida em função, vejam bem, das estiagens que ocorreram, dos longos períodos sem chuva que ocorreram, ao longo da maturação desta lavoura, do seu período de crescimento, do seu período de floração, do seu período de maturação, esta chuva que faltou àquela época, chega numa hora imprópria, que é a hora da colheita, fazendo com que praticamente dez dias quase ninguém consiga colher algodão no Estado do Paraná.

Nós temos as indústrias que beneficiam este produto, já paralisadas em Ivaiporã, os trabalhadores bôias-frias também sem poder trabalhar, porque com a chuva não se colhe algodão e nós estamos na iminência de uma calamidade pública, sim, no setor algodoeiro do nosso Estado, que já vinha amargando preços injustos, que vinha amargando preços não correspondidos, através de má política do Governo Federal e que agora se vê na iminência de perder o restante de sua produção, em função da chuva ocorrida nos últimos dias.

Nós, ainda há poucos dias, conversávamos com o responsável pela Defesa Civil do Paraná, dizendo a ele que o assunto ainda não está na esfera de sua competência, mas a persistir a chuva, teremos sim, que mobilizar a defesa civil do nosso Estado, porque se não tivermos desabrigados do ponto de vista do teto, de casa, teremos sim, desabrigados do ponto de vista da alimentação, porque estas pessoas não terão, dentro em breve o que comer, porque não estão tendo como trabalhar.

É uma preocupação que já toma conta de nós, que estivemos no Vale do Ivaí neste final de semana, estivemos em Cândido de Abreu, em Rosário, estivemos em Ivaiporã, Jardim Alegre, estivemos no Mauá, em Califórnia, e a conversa é uma só: a dificuldade que já existia, em função dos preços mínimos não praticados, em função dos preços aviltantes que estavam sendo pagos aos produtores, principalmente do algodão, tudo isso agora se torna mais grave ainda,

depois de quase dez dias de longas chuvas, e principalmente neste final de semana, quando na sexta-feira, no sábado e no domingo, em algumas regiões pode-se dizer que choveu torrencialmente, acabando com estradas, levando pontes e levando o resto que existia do algodão e tirando a pouca perspectiva que existia, de trabalho para os bôias-frias daquela região.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para que possamos estar atentos, porque teremos que, brevemente, adotar medidas de caráter emergencial para socorrer os nossos agricultores, em especial os bôias-frias do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Consulto a Liderança do PSDB se fará uso da palavra. (Declina).

PTB (Declina).

PT. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dr. Rosinha.

O DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os meios de comunicação, principalmente a televisão, tem noticiado a queda de alguns Ministros do Governo Collor. Nós ligamos para Brasília, para o Gabinete do Deputado Pedro Tonelli, e o que nos foi dito é que todos os ministros pediram a conta, do atual Governo, e que Collor de Mello simplesmente decidiu é o que se fala em Brasília, pela manutenção de quatro dos atuais Ministros, sendo que os outros ele aceitou a renúncia, inclusive do próprio Reinhold Stephanes e Fiúza e de Bornhausen, que nem bem assumiu. Isso é o que ocorre em Brasília.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, entendemos que o atual Governo do Presidente Collor, tem se mostrado incapaz para resolver os problemas financeiros, tem se mostrado incompetente para administrar o País, e ele que dizia que combateria a corrupção e a inflação, tem se demonstrado como um dos governos mais corruptos da história do Brasil.

E Magri, é Alcení, é Margarida Procópio, e assim vai por aí afora, são os ministros militares Agenor e outros, todos eles com provas ou com suspeitas de corrupção.

No nosso entender, achamos que não só os ministros devem pedir o chapéu, mas também o próprio Presidente e convocar eleições gerais no nosso País. Hoje que se fala tanto em parlamentarismo, pelo fim do presidencialismo, e que nós do PT estamos discutindo qual dos dois regimes mais importantes, mais interessantes para a sociedade, eu quero dizer que para nós trabalhadores o Parlamentarismo puro e simplesmente, sem mudar as leis eleito-

rais, sem fazer com que os mandatos parlamentares sejam mandato do Partido e não do indivíduo, e que um voto do Sul corresponda a um voto do Norte e do Nordeste e o fim do Senado, sendo unicameral, não encaminharemos nenhuma solução política para o nosso País.

Para nós é importante que se façam eleições diretas se nós decidirmos pelo Parlamentarismo e agora com essa revogada de Ministros, que aproveite o Presidente Collor e o vice, e também faça a revogada junto e convoque eleições gerais e a população decida quem deve ser o futuro Presidente do nosso País.

Collor de Mello que com dois anos de Governo conseguiu levar ao caos a economia brasileira, conseguiu levar ao desemprego milhares e milhares de trabalhadores e aqueles que hoje trabalham percebem o menor salário mínimo da nossa história.

Collor de Mello, que conseguiu desestruturar o mínimo que existia funcionando no setor de saúde e que veio com o discurso de colocar em prática a construção do sistema único de saúde, somente conseguiu colocar um Ministro e vários diretores corruptos e não conseguiu absolutamente nada avançar, na questão da saúde, e hoje a classe trabalhadora, se doente, bate de porta em porta para conseguir ser atendida, seja no Centro de Saúde ou seja nos hospitais.

No setor de Educação, ele está com uma política de favorecimento do setor privado e destruição das escolas públicas e universidades públicas. As universidades, sem orçamento, estão falidas, enquanto que o Ministério de Educação coloca mais de 50% do seu orçamento na ajuda de escolas e universidades privadas, seja através de subsídio direto ou através de subsídio indireto.

O Governo Collor, que fez um discurso na sua campanha, se contradiz totalmente na sua prática nestes pontos que eu levantei, e agora, na última semana, vai ele para a imprensa e diz que a reforma agrária não se concretizou no País e não se concretiza porque o partido dos Trabalhadores é o responsável, quando quem manda no País é o mesmo grupo que sempre mandou e quem representa este grupo é o próprio Collor de Mello! Diz que não tem reforma agrária porque a Constituição não foi ainda regulamentada, quando já há mais de um ano a bancada do Partido dos Trabalhadores apresentou um projeto e uma proposta de regulamentação da Constituição, para efetivar a reforma agrária no nosso País, e não foi votado no Congresso, até hoje, porque Collor de Mello pediu ao centrão, ao PFL, ao PRN, e aos partidos que lhe dão sustentação, que não votassem, e hoje a maioria de seus Ministros pedem a conta!

Eu acho, e nós do PT achamos que todos deviam pedir a conta e ter eleições diretas novamente e gerais, em todos os níveis, para que a população pudesse dizer e decidir quem nós queremos para Presidente, porque essa elite que manda, essa elite corrupta que lá está não correspondeu aos anseios de quem neles votou, porque eles foram ludibriados e tapeados por essa campanha eleitoral com mentiras ao atacar os demais candidatos e principalmente o candidato que ficou para o segundo turno!

Dizem uns e outros que somos viúvas do Lula, lamentando ter perdido as eleições. Nós perdemos as eleições mas se nós tivéssemos perdido de maneira honesta, imparcial, assumiríamos, mas ser derrotados pela mentira de Collor de Mello e de todos os partidos que o apoiaram é demais, e agora se estiver indo, está indo tarde! E queremos que vá e convoque eleições gerais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Queremos registrar a presença do Deputado Federal, Antônio Bárbara, entre nós. Esteja à vontade, Deputado.

Não havendo mais oradores inscritos no Horário das Lideranças, passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 37 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Orlando Pessuti, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados que irão compor as Comissões Técnicas Permanentes. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 030/92, subscrito pelo Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente, justificando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 30 e 31 do corrente mês, em virtude de compromissos assumidos no Interior do Estado. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 393/92, subscrito pelo Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, comunicando sua ausência na Sessão Plenária do dia 30 do corrente mês, em função de compromissos na Região do Noroeste do Estado. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria dos Srs. Deputados Orlando Pessuti e Costenaro Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

O Sr. Orlando Pessuti - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, este Projeto de Lei não trata da criação de um novo município, pa-

ra que o Plenário fique ciente do que está apoiando. O IBGE remeteu correspondência a Assembléia Legislativa informando a existência de outras comunidades com o nome de Itacolomi e solicitou a esta Casa de Leis que corrigisse o nome do Município já criado, com plebiscito já homologado de Itacolomi. Neste sentido nós e o Deputado Antônio Costenaro Neto, que somos representantes daquela região aqui na Assembléia Legislativa, mais especificamente dessa comunidade, estamos propondo a correção que foi solicitada pelo IBGE, que ao invés de Itacolomi e por proposta da comunidade, seja Novo Itacolomi.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Projetos de Lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 002/92, de autoria do Tribunal de Justiça - Of. nº 35/92, que altera, a partir de 1º de fevereiro de 1992, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos quadros de pessoal das Secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Emenda Modificativa do Tribunal de Justiça com PARECER FAVORÁVEL da C.F. Emenda de Plenário. Apreciar neste turno as emendas aprovadas em 2ª Discussão. Em votação.

O Sr. Orlando Pessuti - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, antes de fazermos o encaminhamento da matéria eu consulto a esta presidência se é possível nós adiarmos a votação dessa matéria por algumas Sessões, porque na Sessão passada nós fizemos questão de encaminhar a matéria a cerca do estudo que iríamos desenvolver a cerca das emendas apresentadas. As emendas que estão sendo propostas, tanto aquela que foi proposta pelo Tribunal de Justiça, como aquela que foi proposta através do Deputado Tadeu Lúcio Machado, elas não contemplam o entendimento e o acordo que fora feito anteriormente através do Presidente do Tribunal de Justiça com Sua Excelência, o Governador Roberto Requião. Se nós tivermos que votar a matéria no dia de hoje, nós teremos que encaminhar pela votação contrária dessas emendas. Então, nós consultamos se é possível a retirada da matéria da Ordem do Dia por uma, duas Sessões, para que possamos então estabelecer com a presidência da Casa, com as demais Lideranças e com a Secretaria da Administração o encaminhamento para a votação desse Pro-

jeto.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - O Sr. Deputado Orlando Pessuti requer a retirada por duas Sessões do Projeto de Lei 002/92. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 477/91, de autoria do Deputado Durval Amaral, que faculta a toda pessoa residente no Estado do Paraná a autorização de doação de órgãos para fins de transplante, consignada em sua carteira de identidade ou habilitação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário de autoria de vários Srs. Deputados, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, DE Nº 1 AO PROJETO DE LEI Nº 477/91

Art.1º - Fica instituída a faculdade da doação de órgãos passíveis de serem transplantados consignada na Cédula de Identidade, expedida pelo Instituto de Identificação do Paraná, e na Carteira de Habilitação, expedida pelo Departamento Estadual de Trânsito, a todos os maiores de idade, residentes e domiciliados no Estado do Paraná.

§ 1º - A retirada e o transplante de tecidos e órgãos somente poderão ser realizados sob responsabilidade de equipe médica de capacidade técnica comprovada em instituições autorizadas.

§ 2º - A remoção de órgãos e tecidos somente se dará após constatação da morte, observados os critérios estabelecidos pelo Conselho Federal de Medicina e legislação pertinente.

§ 3º - É vedado ao médico participar do processo de diagnóstico de morte ou de decisão de suspensão dos meios artificiais de prolongamento da vida do possível doador, quando pertencer à equipe de transplante.

Art.2º - A autoridade competente fará constar, expressamente, nos documentos aludidos no "caput" do Art. 1º desta Lei, a seguinte expressão:

"AUTORIZO A DOAÇÃO DE MEUS ÓRGÃOS PARA FINS DE TRANSPLANTES".

Parágrafo Único - O portador deverá apor sua assinatura sob os dizeres referidos no "caput" deste artigo, independentemente da assinatura em qualquer outro campo do documento ou formulário.

Art.3º - É livre a manifestação da vontade para a doação de órgãos, devendo o servidor do órgão expedidor do documento exclusivamente cientificar o interessado da possibilidade de autorização naquela oportunidade.

Art.4º - Enquanto não forem criados



modelos próprios de cédula de identidade e carteira de habilitação com os dizeres a que se refere o Art. 2º desta Lei, deverá a autoridade responsável pela emissão dos documentos adotar carimbo ou selo identificando o portador como doador.

Parágrafo Único - No ato da autorização da doação, o doador preencherá, também, formulário próprio, com dados que facilitem sua localização, especificação dos órgãos e/ou tecidos legados aos transplantados e outras informações que se fizerem necessárias à fiel execução desta Lei.

Art. 5º - A autoridade responsável pela expedição da Cédula de Identidade e da Carteira de Habilitação dará ciência, quinzenalmente, à Secretaria de Estado da Saúde, dos relatórios contendo os dados dos doadores.

Parágrafo Único - Os dados referidos no "caput" deste artigo serão reunidos pela Secretaria de Estado da Saúde em cadastro dos doadores de órgãos, franqueado a todas as instituições e pessoas interessadas.

Art. 6º - Verificada a morte do doador, conforme o disposto no Artigo 1º desta Lei, é compulsória a notificação pelo intensivista a um grupo de transplantes cirúrgicos do Estado do Paraná ou à Central de Captação de Órgãos da Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30.03.92

(a) ALGACI TOLIO

Apoiamiento: Paulo Maia, Luiz Carlos Alborghetti e Lourenço Fregonese.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda tem a finalidade de adequar a proposta do ilustre Deputado autor do Projeto de Lei nº 477/91 à realidade dos transplantes de órgãos no Estado do Paraná, verificada através de seguidas discussões com os médicos e demais profissionais envolvidos na área, durante o Ano Estadual dos Transplantes.

A idéia da consignação na cédula de identidade e na carteira de habilitação, da autorização para doação de órgãos, é um passo muito importante da direção do êxito dos transplantes cirúrgicos como forma de prolongamento da vida.

No entanto, é preciso atender a preceitos legais, éticos e regimentais, na regulamentação da proposta.

A redação atual do Art. 1º do P.L. 477/91 adota como critério, a "morte cerebral", o que tem sido "divisor de águas" no debate sobre os transplantes. Pela superveniência do direito, não podemos legislar confrontando com a Legislação Federal, e os critérios de prova incontestável da morte, estão dispostos na Lei Federal

nº 5479, Art. 2º. Razão porque, suprimimos a expressão "morte cerebral" e, em seu lugar, propusemos critérios do Conselho Federal de Medicina e as disposições legais pertinentes à matéria, dentre as quais, a Lei nº 5.479.

Também por essa Lei, o menor incapaz, é proibido de dispor de seus órgãos. Em função disso, o § 2º do Art. 2º deve ser suprimido.

No § 4º do Art. 2º do P.L. 477/91, assegura-se aos já portadores de cédula de identidade e carteira de habilitação, a expedição de novos documentos, com as autorizações gratuitamente. O que é gerador de despesa, e portanto, inconstitucional.

Ademais, a Lei entrará em vigor na data da sua publicação, e não pode ter esse poder retroativo.

O Art. 1º, através de seus parágrafos, introduz ao projeto disposições do próprio Código de Ética Médica, necessárias à garantia da seriedade e da boa execução da Lei.

Outras alterações são propostas nesta emenda, para adequar o projeto à redação legislativa, como o desmembramento de artigos em parágrafos e a conversão de parágrafos em novos artigos, para imprimir ao texto legal clareza e eficácia tanto quanto possível.

O êxito na propagação da doação de órgãos para transplantes, depende além da facilitação da autorização, da criação de mecanismo ágil que se encarregue de efetivar a concretização do transplante, após a verificação da morte do doador. Isso depende, então - como sugerimos - dar franquia do cadastro atualizado de doadores às entidades que desenvolvem serviços na área; da criação de uma Central de Captação de Órgãos, na Secretaria Estadual da Saúde, como já vem sendo concretizado e da instituição da compulsoriedade da notificação da morte do doador, pelo intensivista, ao um dos diversos grupos de transplantes.

Os padrões seletivos de histocompatibilidade, por exemplo, impedem que este ou aquele centro de transplante seja privilegiado. Em função disso, a maioria deles trabalha de forma unificada. Portanto, basta avisar uma equipe de transplantes, para que imediatamente seja verificado em que centro necessita-se de um órgão com a tipagem genética do doador falecido.

São as nossas razões para a Emenda.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02

O artigo 2º passa a ter a seguinte redação:

"O Estado concederá estímulos especiais, nos termos desta Lei, às pessoas físicas, com capacidade civil plena, resi-



dentes em territórios paranaenses, que doarem, em vida, órgãos passíveis de serem transplantados, quando da sua morte, com o propósito de restabelecerem funções vitais à saúde."

Sala das Sessões, em 30.03.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA,  
OVIDIO CONSTANTINO e  
ERNANI PUDELL.

Apoio: Paulo Maia, Oswaldo Trevisan, Emília Belinati e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

Face ao extermínio de menores, cada vez por motivos mais torpes e fúteis, é preciso fazer constar a exigência da capacidade civil plena para a doação de órgãos sob pena de correremos o risco de crianças e adolescentes serem vítimas de fraudes ou ameaças no sentido de doarem seus órgãos, dando margem à comercialização.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENARIO

O artigo 3º passa a ter a seguinte redação:

"A autoridade competente fará constar, expressamente, nas Carteiras de Identidade e Habilitação o seguinte texto:

"AUTORIZO A DOAÇÃO DE MEUS ORGAOS PARA FINS DE TRANSPLANTE."

§ 1º - O portador deverá apor sua assinatura logo abaixo dos dizeres e que se refere o "caput" deste artigo, independentemente da assinatura de qualquer outro campo do documento.

§ 2º - O doador deverá, em unidades de saúde do Sistema Único de Saúde - SUS - sem quaisquer ônus, preencher um formulário com seus dados pessoais, compreendendo qualificação, endereço atualizado, dados gerais de saúde, autorização expressa da doação, especificação dos órgãos doados e assinatura, recebendo então Certificado de Reconhecimento Público.

§ 3º - De posse do Certificado de Reconhecimento Público, o doador se dirigirá ao órgão competente para encaminhar a carteira de identidade ou habilitação, preenchendo também um cadastro com sua qualificação e endereço."

Sala das Sessões, em 30.03.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA,  
OVIDIO CONSTANTINO e  
ERNANI PUDELL.

Apoio: Paulo Maia, Oswaldo Trevisan, Emília Belinati e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

Dada a importância do Projeto de Lei, é fundamental que se especifique o procedimento que deverá nortear os doadores, facilitando e agilizando as doações, responsabilizando o Sistema Único de Saúde - SUS - para evitar proveitos ilegais.

#### EMENDA MODIFICATIVA DE PLENARIO

O artigo 4º passa a ter a seguinte re-

dação:

"A Secretaria de Estado de Saúde centralizará os dados disponíveis sobre os doadores, evitando relatórios mensais ao Instituto de Identificação, ao DETRAN e ao Instituto Médico Legal, para formação de um banco de órgãos."

Sala das Sessões, em 30.03.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA,  
ERNANI PUDELL e  
OVIDIO CONSTANTINO.

Apoio: Paulo Maia, Emília Belinati, Oswaldo Trevisan e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

Adotando este procedimento se terá maior facilidade de formação do banco de órgãos, ensejando previsibilidade aos receptores.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENARIO

Ficará incluído o artigo 5º com a seguinte redação:

"A formação do banco de órgãos é atribuição exclusiva da Secretaria de Estado de Saúde, vedadas concessões, a qualquer título, à rede privada de saúde."

Sala das Sessões, em 30.03.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA,  
OVIDIO CONSTANTINO e  
ERNANI PUDELL

Apoio: Paulo Maia, Emília Belinati, Oswaldo Trevisan e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

A preocupação da bancada do PT é coibir a comercialização de órgãos, e a inclusão deste artigo é justamente no sentido de estabelecer tratamento igualitário a todos os receptores, independente da situação econômica.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENARIO

Será incluído o artigo 6º com a seguinte redação:

"Todo e qualquer transplante previsto nesta Lei será realizado sem ônus tanto para o doador quanto para o receptor."

Sala das Sessões, em 30.03.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA,  
OVIDIO CONSTANTINO e  
ERNANI PUDELL

Apoio: Paulo Maia, Oswaldo Trevisan e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

Novamente a preocupação é que a situação econômica não seja fator impeditivo de doações, nem garantia de privilégios.

#### EMENDA ADITIVA DE PLENARIO

Será incluído o artigo 7º com a seguinte redação:

"É vedado ao médico particular do processo de diagnóstico de morte ou de decisão de suspensão dos meios artificiais de prolongamento da vida do possível doador,

quando pertencer à equipe de transplante."

Sala das Sessões, em 30.03.92

(aa) DOUTOR ROSINHA,

ERNANI PUDELL e

OVIDIO CONSTANTINO

Apoio: Paulo Maia, Emília Belinati, Oswaldo Trevisan e Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

Assegurar a ética médica.

EMENDA ADITIVA

Será incluído o artigo 8º com a seguinte redação:

"O Estado promoverá campanhas de esclarecimento e incentivo, através de folhetos e cartazes, divulgando os fatores primordiais e indispensáveis à doação de órgãos a serem transplantados."

Sala das Sessões, em 30.03.92.

(aa) DOUTOR ROSINHA,

ERNANI PUDELL e

OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Esclarecer à população sobre a importância da doação de órgãos, tencionando acabar com o preconceito.

Em discussão. Encerrada a discussão. Projeto e emenda retornam às Comissões competentes.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/92, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que altera a redação do artigo 34, da Lei nº 8280/86, que, entre outras providências, dispõe sobre o Juizado de Pequenas Causas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só para registrar o voto contrário da Bancada do PT conforme já dito pelo companheiro Ovídio na última Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 072/92, de autoria do Deputado JOAO IEN-SEN, que autoriza o Poder Executivo a fixar novas linhas de limites entre os municípios de Araucária e Contenda, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 067/91, de autoria do Deputado VALDIR ROS-SONI, que autoriza a realização de plebiscito objetivando a incorporação de parte territorial do município da Lapa ao de Contenda. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por ar-

tigo.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 554/91, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública o Lar Rosas Unidas, com sede e foro em Marechal Cândido Rondon. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 158, de 28.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 554/91

PARECER:

O Projeto de Lei nº 554/91, de autoria do nobre Deputado Elio Lino Rusch, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o "Lar Rosas Unidas", com sede e foro na Cidade de Marechal Cândido Rondon.

Em análise ao Projeto de Lei, constatamos que o mesmo encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, estando portanto de pleno acordo com a legislação vigente, inexistindo assim qualquer óbice tanto de ordem legal, regimental ou constitucional, que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Além das considerações acima expostas, a justificativa apresentada pelo autor, nos convence plenamente da sua oportunidade, razões pelas quais emitimos nosso PARECER FAVORÁVEL.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MARIO BEZERRA

Relator.

O Sr. Valdir Rossoni - (Pela Ordem) - O Projeto 067/91, eu tinha tirado, tinha sido retirado e agora apareceu aqui na Ordem do Dia novamente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência requereu por 10 Sessões e há muito já está vencido.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 014/92, de autoria do Deputado Dalton Machuca, que declara de Utilidade Pública a Fundação Municipal PROAMOR de Assistência ao Menor, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovada. (Publ. no DA. nº 03, de 18.02.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 014/92

PARECER:

AUTOR: Dep. Dalton Machuca

I. O ilustre parlamentar propõe Projeto

de Lei, que visa declarar de Utilidade Pública a Fundação Municipal Proamor de Assistência ao Menor, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

II. Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

III. Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental para o trâmite normal do presente Projeto nesta Casa de Leis.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 25.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 041/92, de autoria do Deputado Dobrandino G. da Silva, que declara de Utilidade Pública, o Clube do Menor de Guaraniaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 11, de 09.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 041/92

PARECER:

De autoria do Deputado Dobrandino da Silva, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública o "Clube do Menor de Guaraniaçu", com sede na cidade de Guaraniaçu e com foro naquele Município.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, ou seja, a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dita as normas para a declaração de Utilidade Pública, inexistindo, assim, óbice de natureza legal à sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do Plano de Lei em tela, nos termos em que se apresenta.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

NELSON JUSTO

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 047/92, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Apucarana, com sede e foro no Município de Apucarana. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 12, de 10.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 047/92

PARECER:

Autor: Dep. Edson Silva Lino

I - O Ilustre Parlamentar propõe Projeto de Lei, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Apucarana, com sede e foro no Município de Apucarana.

II - Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei nº 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de utilidade pública.

III - Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental para o trâmite normal do presente Projeto nesta Casa de Leis.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 26.03.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 057/92, de autoria do Deputado Heinz Georg Herwig, que declara de Utilidade Pública o Lar Infantil Marília Barbosa, do Município de Cambé - Pr. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 15, de 16.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 057/92

PARECER:

O Projeto de Lei nº 057/92, de autoria do Nobre Deputado Heinz Georg Herwig, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o "Lar Infantil Marília Barbosa" - com sede e foro no Município de Cambé.

Em análise ao Projeto de Lei, constatamos que o mesmo encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, estando portanto de pleno acordo com a legislação vigente, inexistindo qualquer óbice, tanto de ordem legal, regimental ou constitucional, que impeça a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Além das considerações acima expostas, a justificativa apresentada pelo autor, nos convence plenamente da sua oportunidade, razões pelas quais emitimos nosso Parecer FAVORÁVEL.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MARIO BEZERRA

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 062/92, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que declara de Utilidade Pública o Colégio Diocesano Leão XIII, com sede e foro na cidade de Paranaguá. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 17, de 18.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 062/92

PARECER:

O Projeto de Lei nº 062/92, de autoria do Nobre Deputado Lourenço Fregonese, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o COLEGIO DIOCESANO LEÃO XIII, com sede e foro na cidade de Paranaguá.

Em análise ao Projeto de Lei, constatamos que o mesmo encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, estando portanto de pleno acordo com a legislação vigente, inexistindo assim qualquer óbice, tanto de ordem legal, regimental ou constitucional, que impeça a sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Além das considerações acima expostas, a justificativa apresentada pelo autor nos convence plenamente da sua oportunidade, razões pelas quais emitimos nosso Parecer Favorável.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MARIO BEZERRA

Relator.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 064/92, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Senhor Duílio Luiz Bento. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 17, de 18.03.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 064/92

PARECER:

Autor. Dep. Hermas Brandão.

I - O nobre parlamentar propõe Projeto de Lei, que visa conceder título de cidadania benemerita do Paraná, ao Senhor Duílio Luiz Bento.

II - Da análise do presente, encontramos de acordo com as normas estabelecidas pela Lei nº 5.638, de 13 de setembro de 1967, que dispõe sobre as condições essenciais para a concessão de benemerência ou cidadania honorária paranaense.

III - Diante do exposto, não encontramos óbices para a tramitação do presente nesta Casa de Leis.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 25.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMILIA BELINATI

Relatora.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, só para registrar o nosso voto contrário.

Nós não conhecemos a figura do Senhor Duílio Luiz Bento, não temos nada contra ele, mas como não conhecemos seu passado, registramos o voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de nº 309, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 310, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 308, de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 312, de autoria do Senhor Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 305 e 306, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Queremos solicitar adiamento de votação para amanhã em acordo com as Bancadas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto está em fase de votação e não permite adiamento, mas já que há acordo entre as Bancadas, manda a maioria. Está adiada a discussão.

- Nada mais havendo a tratar, encerra-se a presente Sessão marcando outra para amanhã com a seguinte Ordem do Dia:

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Não foi muito audível a manifestação de V.Exa. Eu consulto à Presidência se está incluído para a Ordem do Dia de amanhã conforme entendimento - e mantido com V.Exa. e com a Deputada Emília Belinati, o Projeto de Lei nº 492.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa.

está ouvindo mais do que devia. Não foi incluído, vou incluí-lo.

005/87.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 31, à hora regimental, com a seguinte.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 554/91, 014, 041, 047, 057, 062 e 064/92.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 280, 471, 492, 511 e 579/91. e do Projeto de Resolução n° 004/92.

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n°

Levanta-se a sessão.